

**UMA EXPERIÊNCIA DE PATRIMONIALIZAÇÃO ENTRE A
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
O CASO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL EM IGUAPE (SP)**

**A PATRIMONIALIZATION EXPERIENCE BETWEEN THE
HERITAGE EDUCATION AND SOCIAL PARTICIPATION: THE
CASE OF THE HISTORIC AND ARTISTIC NATIONAL HERITAGE
INSTITUTE IN IGUAPE (SP)**

Danilo Celso Pereira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/MP
SEPS - Quadra 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan - CEP 70390-135 - Brasília/DF
danilo.paraitinga@gmail.com

Recebido 31 de março de 2016, aceito 28 de junho de 2016

RESUMO - Iguape (SP) teve sua fundação no século XVI ligada ao processo de ocupação do território do Brasil colônia, próxima a Linha de Tordesilhas, e economicamente associado às primeiras explorações auríferas, anterior às consagradas pelas políticas de preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais. Neste sentido, o objetivo deste texto é discutir o processo de patrimonialização dessa cidade-patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, destacando o novo contexto das políticas de preservação no século XXI em que está inserida e a metodologia de inventário adotado, preconizando ações de educação patrimonial e a participação social.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Políticas de Preservação, Educação Patrimonial, Participação Social, Iguape (SP), IPHAN.

ABSTRACT - Iguape (SP) had your foundation in the sixteenth century linked to the process of occupation of the territory of colonial Brazil, near Tordesillas Line, and economically linked to the first auriferous explorations, then consecrated by the preservation of cultural heritage policies in Minas Gerais. In this sense, the objective of this paper is to discuss the process of patrimonialization this city by the Historic and Artistic National Heritage Institute, highlighting the new context of the twenty-first century preservation policies and the inventory methodology adopted, advocating heritage education and social participation.

Keywords: Cultural Heritage, Preservation Policies, Heritage Education, Social Participation, Iguape (SP), IPHAN.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns elementos a cerca do debate atual sobre o processo de eleição de cidades como patrimônio cultural no âmbito das políticas federais, com ênfase no caso do tombamento da cidade paulista de Iguape, que preconizou a participação social e a educação patrimonial.

Para tanto, primeiramente é necessário realizar uma breve reflexão acerca do processo de patrimonialização de cidades no Brasil e de como os bens culturais do estado de São Paulo se inseriram nesse processo. Depois serão abordados os valores atribuídos e a metodologia adotada para a identificação de Iguape como cidade-patrimônio, fatores considerados paradigmáticos e que podem não ser percebidos por um olhar menos atento, acarretando a uma equivocada generalização desse caso como sendo mais um tombamento de cidade colonial como tantos outros realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN)¹ ao longo dos seus quase 80 anos de atuação.

Para dar conta dessa investigação, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental acerca do tema das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e da patrimonialização de Iguape, além das realizadas entrevistas com agentes envolvidos nesse último.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-PATRIMÔNIO NO BRASIL

Desde o século XVIII são encontradas referências a iniciativas visando à salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, contudo, apenas em 1933 surgiu a primeira lei federal referente a essa temática, o Decreto nº 22.298, de julho de 1933, que elevou a cidade mineira de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional com a justificativa de este ser o lugar da formação da nacionalidade brasileira. Contudo, foi o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, a primeira lei brasileira específica referente à preservação do patrimônio, quando se organizou a salvaguarda dos bens culturais através do tombamento.

Nesse contexto, Getúlio Vargas, apoiado pelos intelectuais modernistas, criou em 1937 o IPHAN, órgão que passou a replicar o modelo de preservação de patrimônio adotado em Ouro Preto, a cidade “obra de arte”, para as outras cidades do Brasil até os anos 1980. Tal modelo, porém, se enraizou tanto que até hoje faz parte do discurso da instituição.

¹ O órgão federal de preservação possuiu várias designações, o que mostrava o seu lugar na estrutura política de governo. Foi criado como SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, assumindo a sigla de DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946, IPHAN em 1970, voltando a ser SPHAN em 1979, IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) em 1990 e, por fim, novamente IPHAN em 1995. Contudo, por preferência, o órgão de preservação do patrimônio cultural federal será referido sempre como IPHAN.

Conforme Fonseca (2009), durante os primeiros 30 anos de atuação do IPHAN, os critérios de seleção, autenticidade e restauração desses bens eram sustentados basicamente na autoridade e no notório saber dos técnicos da instituição. A autora destaca que o valor estético do bem, que era atribuído conforme a visão dos arquitetos modernistas, que constituíam a maioria dos funcionários do IPHAN, predominou sobre todos os outros no trabalho de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, a avaliação do valor histórico ficava em segundo plano, restrito à vinculação do bem aos fatos memoráveis da história do Brasil.

Logo, no que se refere à salvaguarda de conjuntos urbanos, o tratamento metodológico adotado na instrução dos processos de tombamento identificam as representações do espaço como monumentos, as *idades-monumentos*. Como aponta Sant'Anna (1995):

“Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. A expressão cidade-monumento, correntemente utilizada na época, indica esplendidamente essa aproximação que, além de fundamentar a abordagem mais propriamente urbanística do problema, também teve importantes reflexos nas regras que foram montadas nessa época para a aceitação de construções novas nessas áreas” (Sant'Anna, 1995: p. 137).

Na prática, a cidade concebida como monumento consiste na supervalorização do componente estético, é a cidade concebida enquanto obra de arte, resultando

em um descaso aos seus componentes sociais e econômicos, o que repercute nos usos e atividades desenvolvidas nessas cidades-patrimônio e nas possibilidades reais de conservação. Essa concepção de cidade-monumento “possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para desenvolvimento de ações que até hoje marcam profundamente a instituição” (Sant’Anna, 1995: p. 117).

A partir dos anos 1980 se inicia um processo de revisão crítica dos procedimentos de instrução dos tombamentos e dos critérios de seleção, quando passa a reivindicar-se maior transparência e legitimidade científica aos processos de valoração dos bens culturais. Desta forma, no que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio, a grande mudança na prática de seleção se refere aos critérios estéticos que são deixados de lado e passam a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens. Assim, ocorreu uma mudança de conceito, a cidade-patrimônio passou a ser concebida como “documento histórico, um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual” (Sant’Anna, 1995, p. 215), temos então, a *cidade-documento*.

Assim, estas não se constituíam mais como obra de arte, mas sim como um documento que informa sobre a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço. Tem-se, então, pela primeira vez o tombamento de áreas consideradas sem valor artístico, mas que representavam situações sociais e econômicas que marcaram a evolução das cidades brasileiras.

Geograficamente, até então as cidades-patrimônio concentravam-se no Sudeste e no Nordeste – particularmente nos estados de Minas Gerais e Bahia. Desta forma, a década de 1980 se caracterizou pela expansão das cidades-patrimônio para as regiões Centro-Oeste e Sul.

Contudo, a partir dos anos 1990, o IPHAN sucumbiu novamente à seleção de bens culturais pelo gosto dos arquitetos, aliás, tais práticas tenderam até a se acentuar com a exacerbação dos valores ditados pelo neoliberalismo, o capital e o lucro, inserindo não só as cidades-patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, em um espaço de disputas do mercado global. Desta forma, se fortalece a apropriação do patrimônio como mercadoria, empregando critérios para sua transformação em produto, visando o consumo visual, guiados por padrões de beleza ditados pelo mercado. Conforme Motta (2000, p. 17), no dia “15 de março de 1990, quando mudou o governo federal, iniciou-se a implantação da política de apropriação do patrimônio para o mercado de consumo”.

Como apontado por Chuva (2013)², no que se refere aos discursos de valoração nos anos 1990, é necessário considerar que os técnicos não tinham uma posição única, as tensões e posições antagônicas eram constantes. Assim, mesmo havendo o conceito de cidade-documento que predominou na instrução dos processos de tombamento em certo momento, ele não foi hegemônico, conquistou apenas parte dos técnicos. Estes técnicos foram superados, mas não houve o retorno à cidade-monumento, não se ignorou completamente a história da ocupação do território, talvez o que seja significativo, mas os valores estéticos voltaram a predominar (informação verbal).

No século XXI³ o IPHAN passa a buscar novos caminhos para a preservação do patrimônio cultural, assumindo, efetivamente, a noção de “patrimônio cultural”, em detrimento das noções de “patrimônio artístico” ou “patrimônio histórico”, como norteadora de princípios, estratégias, programas e instrumentos

² *Informação fornecida por Márcia Chuva, Técnica do IPHAN entre 1985 e 2005, em entrevista ao autor (Rio de Janeiro, setembro de 2013).*

³ *No período analisado entre 2001 e 2012, quando termina as gestões de Luis Fernando de Almeida e Dalmo Vieira Filho, respectivamente, como Presidente do IPHAN e Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM/IPHAN).*

institucionais, mesmo que essas noções anteriores ainda não tenham sido totalmente superadas e eventualmente sejam percebidas nos discursos institucionais de valoração. Conforme Porta (2012), a nova política nacional de preservação do patrimônio prioriza as seguintes diretrizes: participação social; reinserção dos bens culturais na dinâmica social; qualificação do contexto dos bens culturais; e promoção do desenvolvimento local.

No que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio entre 2001 e 2012, o período foi marcado pela busca em formar um conjunto de cidades que expressem a formação do território brasileiro. Desta forma, conforme Pereira (2015), ocorreu uma mudança de conceito: da cidade-monumento – relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu – para a cidade-documento – objeto rico de informações sobre a vida e a organização social dos brasileiros nas várias fases da sua história –, e por fim, para a *cidade-território* – um fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural. Assim, pretendeu-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades-patrimônio tombadas, tanto entre os tombamentos atuais, como entre estas e as cidades-patrimônio tombadas nos períodos anteriores.

É nessa nova conjuntura das políticas públicas de preservação das cidades-patrimônio no século XXI que se insere o caso analisado neste artigo.

O ESTADO DE SÃO PAULO NO MAPA DAS CIDADES-PATRIMÔNIO

Mesmo compreendido o processo de construção da cidade-patrimônio no Brasil, não se pode abordar o caso de Iguape sem antes entender o lugar que o estado de São Paulo historicamente ocupou no mosaico que pretendeu constituir a identidade nacional.

Assim, o estado herdeiro da Capitania de São Vicente, portanto, onde se encontram alguns dos núcleos urbanos mais antigos do país, chegou ao século XXI sem nenhuma cidade-patrimônio reconhecida pela União. Esse fato se deve a uma política específica desenvolvida pela Superintendência estadual que delegou os tombamentos ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), como forma de fortalecer o conselho estadual e de se preservar de questões conflitantes.

Marins (2008) ressalta que nem mesmos os intelectuais paulistas foram capazes de valorar o seu patrimônio nos anos iniciais do IPHAN. Mário de Andrade considerava a arquitetura tradicional das cidades mineiras, baianas e pernambucanas como “maravilhosas e espantosas”, e que em São Paulo se deveria tomar o pouco que restava do período seiscentista e setecentista, com referência à arquitetura colonial com elementos do barroco, negligenciando todo um patrimônio em arquitetura neoclássica e eclética que são os grandes representantes da cultura paulista.

Ainda segundo Marins (2008), quando o IPHAN iniciou sua atuação no estado, a própria capital paulista ainda resguardava significativos exemplares de edificações em taipa, além de vários municípios do interior que, sem o respaldo das políticas de preservação, viram seus bens culturais serem desmantelados na segunda metade do século XX. O patrimônio de Iguape só sobreviveu porque foi, posteriormente, submetido à tutela do órgão de proteção estadual e por se constituir como um forte elemento de identidade para a população local.

Os primeiros bens registrados no livro de tomo do IPHAN referentes ao patrimônio paulista foram as Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e a Capela de São Miguel Paulista, em 1938. Posteriormente se deram sucessivos tombamentos de bens isolados, porém, as cidades-patrimônio só vieram em 2009 e 2010, respectivamente Iguape e São Luiz do Paraitinga (Figura 1).

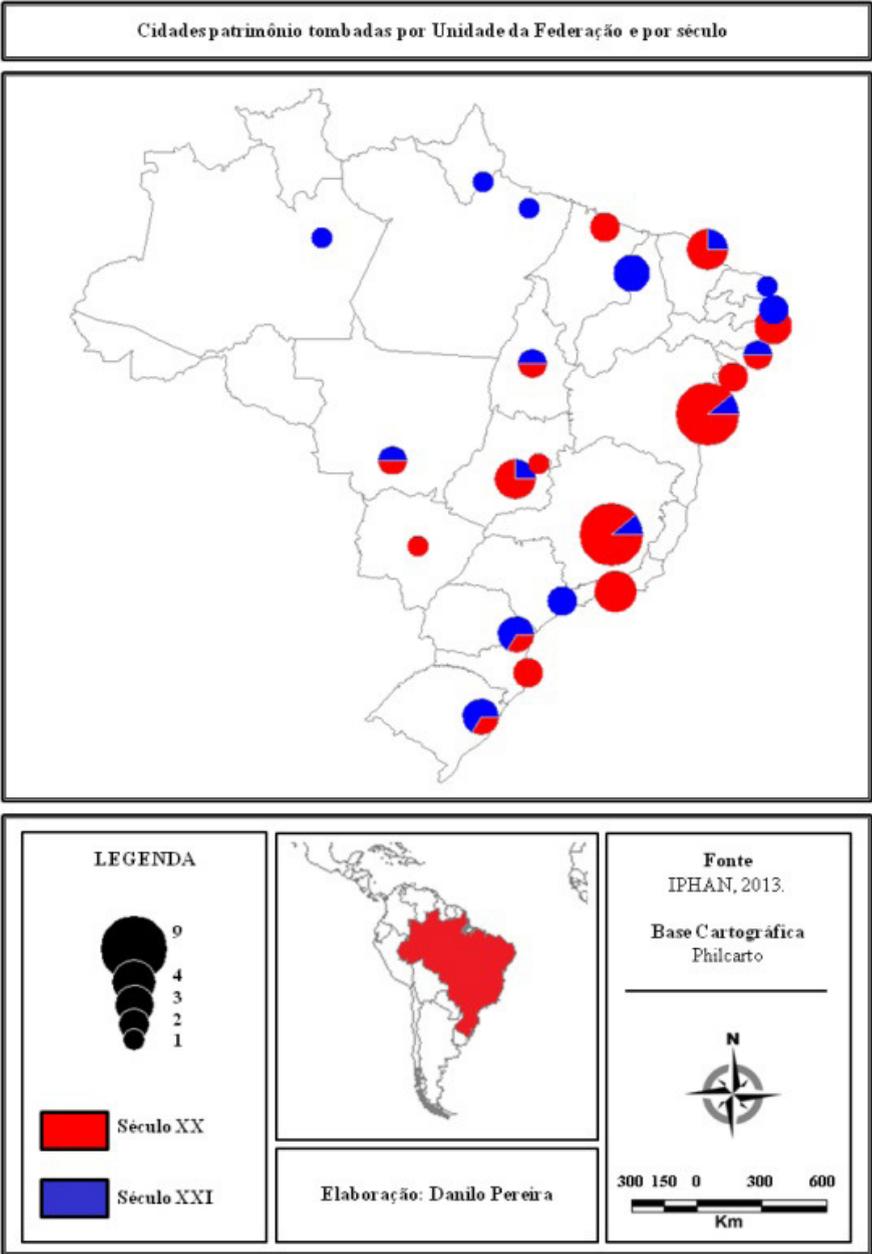


Figura 1 - Mapa das cidades-patrimônio tombadas por Unidade da Federação e por século.

Ainda nesse sentido, IPHAN (2009b) destaca que:

“O tombamento de Iguape representa a oportunidade de corrigir uma lacuna que o patrimônio histórico nacional guarda em relação a esta região do Estado de São Paulo. Contextualizar a formação histórica e cultural da região, constituindo uma base sobre a qual se apoia a presente proposta, com possibilidades de outros tombamentos que se encontram em fase de estudo, com intuito de se estabelecer um sistema patrimonial do Vale do Ribeira coerente e inter-relacionado. Neste caso almeja-se fazer do que seria uma dívida, expressa na ausência do tombamento federal, uma oportunidade de tratar a questão de forma mais completa, consolidando a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial” (IPHAN, 2009b: p. 20).

Desta forma, o reconhecimento de Iguape como patrimônio cultural nacional decorreu do Plano de Ação “Paisagem Cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural no Vale do Ribeira”, iniciado em 2007 e coordenado pela arquiteta Flávia Brito do Nascimento, pela geógrafa Simone Scifoni e pela antropóloga Simone Toji no âmbito das ações dos amplos inventários promovidos nacionalmente pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do IPHAN.

A escolha do Vale do Ribeira por essas técnicas se justificou por esta região do estado de São Paulo apresentar características históricas e culturais que reuniam comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas, grupos de imigrantes e pequenos agricultores familiares, por ser o lugar dos maiores remanescentes de biodiversidade tropical e patrimônio espeleológico do estado, onde situam-

se algumas das cidades mais antigas do país e a maior concentração de sítios arqueológicos de São Paulo. Toda essa riqueza patrimonial, até então, sem nenhuma proteção em âmbito federal.

Conforme o IPHAN (2009a), o plano de ação foi desenvolvido sobre duas premissas básicas: (1) a priorização de espaços ainda não contemplados por políticas federais de patrimônio cultural, e (2) a gestão compartilhada, em rede, por meio de processos participativos e de articulação política. Ressaltando que no centro do debate estava a ideia de cultura como um direito, incluída na dimensão da cidadania, o que permitiu redirecionar o foco das ações dos objetos em si mesmos, para o conjunto da sociedade.

Essas premissas, associadas à riqueza e à diversidade do patrimônio cultural inventariado, colocaram a dificuldade de compreendê-los pontualmente, reconhecendo que os mesmos deveriam ser interpretados com uma visão em conjunto, o que justificou a adoção pelo estudo a partir do conceito de paisagem cultural⁴, ações totalmente concatenadas às novas políticas desenvolvidas em âmbito nacional pelo IPHAN. O inventário resultou na identificação de expressões culturais em seis municípios: Cananeia, Eldorado, Apiaí, Iguape, Registro e Iporanga.

Visando a construção de um pacto de gestão⁵, a equipe técnica da Superintendência do IPHAN em São Paulo passou a se reunir com diversas

⁴ Em 2009 a Portaria nº 127 do Iphan institucionaliza a Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de seleção e valorização da paisagem cultural brasileira, definida na portaria em seu Artigo 1º como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009a, p.17).

⁵ No que se refere ao pacto a ser firmado, a portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, assim o define nos Artigos 4º e 5º: A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN. (IPHAN, 2009a, p.17).

instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira em âmbito federal, estadual e municipal, com organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades, entre outros setores.

Em decorrência desses primeiros contatos – que tiveram como objetivo apresentar a proposta da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, levantar questões sobre a proteção do patrimônio cultural na região e a articulação de ações conjuntas –, foi realizado o “Encontro de Trabalho Paisagem Cultural do Vale do Ribeira: Planejamento Estratégico” em Iguape.

Esse encontro teve como objetivo reunir as instituições, as municipalidades e a sociedade civil para traçar estratégias conjuntas de atuação na área de proteção do patrimônio do Vale. O IPHAN (2009a) destaca, entre os resultados obtidos, a constatação da relação intrínseca entre as expressões culturais materiais e imateriais, entre os processos de ocupação do território e do rio Ribeira de Iguape, este como elemento de mediação na construção da identidade, da cultura e da história regional, o elemento entorno do qual se funde a memória coletiva regional e a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam a sua salvaguarda.

No encontro surgiram, ainda, demandas no sentido da necessidade de ampliação do que a direção do IPHAN denominava à época de “estoque patrimonial”, particularmente no estado de São Paulo, aumentando a representatividade dos bens paulistas no mapa do patrimônio cultural brasileiro e a necessidade de se estabelecer espaços de diálogos, de trocas de experiências e de ações articuladas entre as instituições que atuam nas localidades e o instituto federal.

Desta forma, tendo como finalidade atender as demandas sociais e contribuir para a preservação do patrimônio cultural local, complementando e integrando outros instrumentos de proteção, foi consenso entre os participantes do encontro que, além da chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, deveriam se priorizar o tombamento federal da cidade de Iguape e dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira.

Para atender tais demandas, e em virtude das comemorações dos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, os estudos da equipe técnica voltaram-se para essa temática, resultando no Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira⁶ e no Dossiê de Registro da Celebração do Tooro Nagashi⁷. Ambos foram encaminhados respectivamente ao DEPAM e ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) em 2008, contudo, apenas o primeiro foi reconhecido como patrimônio nacional, o segundo não recebeu parecer favorável, justificado pela falta do caráter de ancianidade, visto que a celebração ocorre apenas desde os anos 1950.

Atendendo a outra demanda do encontro de trabalho, nos meses seguintes a equipe técnica se dedicou na elaboração do Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Iguape e na finalização do Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira. No entanto, apenas o primeiro foi encaminhado ao DEPAM e tombado em 2009, o segundo não logrou apoio interno na superintendência, pois entenderam que a área de proteção era demasiadamente extensa, e o mesmo foi arquivado.

⁶ *Conjunto de 14 bens culturais nos municípios de Iguape e Registro, importantes testemunhos da ocupação do território brasileiro através da implementação de três colônias japonesas no país: Katsura, Iguape e Sete Barras.*

⁷ *Rito celebrado por descendentes de imigrantes japoneses que lançam nas águas do rio Ribeira velas acesas em respeito ao Dia de Finados.*

Deste modo, a primeira cidade-patrimônio paulista foi reconhecida como patrimônio nacional no contexto:

“[...] das cidades do território paulista constituídas a partir de processos históricos anteriores ao café, seja exploração aurífera, seja a rizicultura, ou mesmo a própria ocupação do território, o que no que se refere aos valores memoriais, incorreu na lógica construída expressa na atualidade em Iguape, há inúmeras sobreposições e rearranjos espaciais construídos ao longo de muitas décadas, conformando o que se encontra hoje naquelas cidades” (IPHAN, 2009b, p. 16).

Logo, vale ressaltar que Iguape, mesmo se constituindo como cidade colonial, foi tombada não repetindo a lógica das cidades-monumento como relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu, mas como um bem que explica a formação territorial de uma região – o Vale do Ribeira – ou mesmo do país, ao se vincular ao processo de fundação de cidades a partir da exploração econômica do ciclo do ouro anterior a descoberta das “minas gerais”, ou seja, como cidade-território.

Assim, o Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape, tombado em dezembro de 2009, formado por três setores (figuras 2 e 3), testemunha:

“[...] a relação intrínseca da cidade com as águas, abrigando usos tradicionais do espaço, os quais foram reduzidos com o passar dos anos, mas ainda se encontram presentes e expressos na paisagem local, como é o caso da pesca artesanal. Uma paisagem marcada pelo cotidiano de pescadores, seus apetrechos de pesca como canoas coloridas, atracada junto à margem, e redes de pesca. Um cotidiano marcado pelos fluxos da natureza, o tempo da lua, das marés, dos ventos e das chuvas que influenciam na produção pesqueira” (IPHAN, 2009b, p. 213).

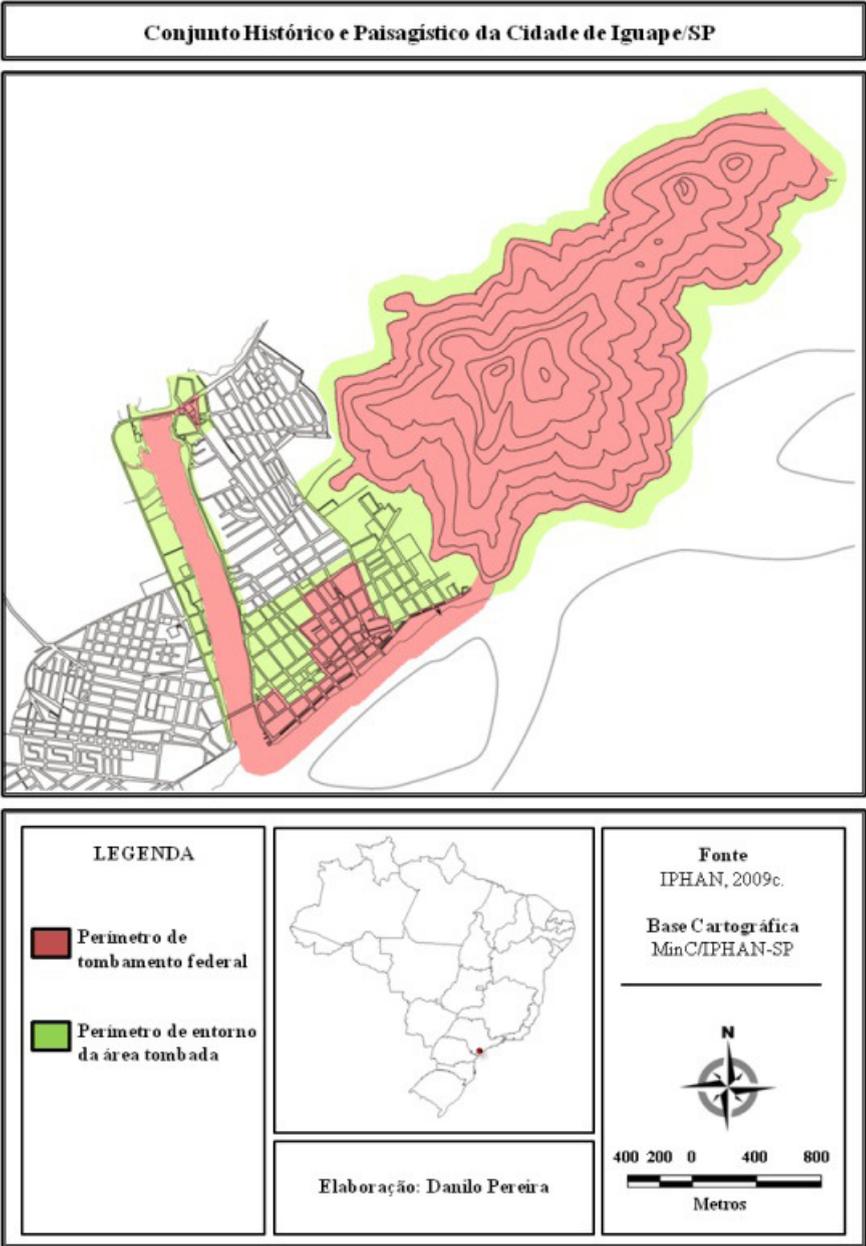


Figura 2 - Mapa do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape (SP).



Figura 3 - A – Setor Núcleo Urbano; B – Setor do Morro da Espia; C e D – Setor Portuário.

Deste modo, a associação formada pela cidade antiga⁸, o Morro da Espia⁹ e o conjunto portuário¹⁰ representantes do auge das atividades econômicas ligadas ao

⁸ O Setor do Núcleo Urbano, o centro antigo da cidade, que caracteriza-se pela singularidade do seu traçado urbano em forma de elipse de pontas alongadas, dominado pela Praça da Basílica, pela composição da arquitetura que lhe confere aspecto de conjunto e ao mesmo tempo são testemunhos dos sucessivos processos históricos e culturais de sua ocupação, além da riqueza dos marcos naturais que a circulam e dela fazem parte (IPHAN, 2009b).

⁹ Setor do Morro da Espia, um maciço cristalino litorâneo de constituição granítico-gnáissico que aparece em posição isolada em meio a vasta planície de Iguape-Cananeia. Esse patrimônio natural possui relação intrínseca com a história da ocupação humana em Iguape, primeiramente por constituir-se como fonte de água doce que abasteceu os primeiros grupos humanos que se instalaram no local, e também do ponto de vista simbólico-religioso, pois em 1646 foi lavada em suas águas a imagem do Bom Jesus, achada na Praia da Jureia. O local, um pequeno riacho circundado de rochas, ficou consagrado como local mítico (IPHAN, 2009b).

¹⁰ Setor Portuário, um conjunto formado por áreas do antigo Porto da Ribeira, o Canal do Valo Grande, o Porto Grande e suas respectivas margens e zona de orla marítima, até o canto do Morro da Espia. O primeiro corresponde aos remanescentes do porto fluvial do século XVII, algumas poucas ruínas e a Capela de São João Batista, construção de 1946 em substituição à antiga, de 1870. Já o Valo Grande corresponde a uma obra de engenharia do século XIX que teve como objetivo ligar o porto fluvial ao marítimo e o Porto Grande às margens do Mar Pequeno, junto à cidade de Iguape (IPHAN, 2009b).

ouro e ao arroz permanecem contemporaneamente redimensionadas em função do espaço vivido, no qual as águas exercem, ainda, um papel fundamental. O Morro da Espia continua sendo uma importante fonte de recursos hídricos para os habitantes de Iguape e lugar de peregrinação para os devotos do Bom Jesus. A navegação fluvial e marítima no Mar Pequeno e no Valo Grande sobrevive, mesmo que em menor escala, nos pescadores que mantêm seus barcos também como meio de transporte e circulação, além de passeios turísticos.

Assim, Iguape se constitui em um dos melhores exemplos de espaço produzido pela ação criadora do homem que domina e transforma a natureza, que provê recursos para a sua atividade criativa e produtiva. Um espaço que, a partir de uma proposta de interpretação de Lefebvre (2001), se constitui como obra e produto social gerado a partir do trabalho na materialização das condições de vida da humanidade e da reprodução social com a natureza primeira.

CONSTRUINDO VALORES A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para atender a demanda de tombamento da cidade de Iguape, em 2008 foi realizada a “Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape” com o objetivo de envolver a população local no processo de identificação dos bens culturais da cidade, auxiliando na delimitação da poligonal de tombamento. Assim, a oficina pretendeu constituir-se como uma estratégia de complementação da pesquisa de gabinete, e, mais que isto, pretendeu ser um momento de estreitamento da relação do IPHAN com a população moradora de Iguape, que produz e vive cotidianamente este espaço que pretendia-se inventariar e salvaguardar.

Para tanto, é importante destacar que se entende aqui que a Educação Patrimonial deve:

“[...] aparecer como um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade pari passu e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial. Neste caso ela se revela como uma possibilidade e um espaço para envolver a comunidade local na construção de um patrimônio compartilhado, considerando as necessidades e as expectativas das comunidades envolvidas, o que implica uma construção que é coletiva e não uma ação burocraticamente implantada de cima para baixo pelas instituições” (SCIFONI, 2012, p. 37).

Deste modo, para a autora, mostra-se importante a construção de ações de forma compartilhada com as comunidades, a partir de suas necessidades e demandas, envolvendo diversos segmentos públicos e da sociedade civil, bem como uma multiplicidade de estratégias, as quais têm que ser determinadas a partir de problemáticas de cada local.

Realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Iguape, o IPHAN (2009b) destaca que através da oficina buscou-se criar um espaço de interlocução com a população local, convidando a comunidade a trazer suas contribuições a partir de relatos e histórias de vida, fotos antigas, documentos, desenhos, ou mesmo indicando lugares representativos de sua história para construir o mapa que sinalizasse os bens culturais que deveriam ser objeto de proteção do poder público.

Nesta Oficina foram identificados diversos imóveis, lugares, monumentos e manifestações do patrimônio imaterial, todos reconhecidos pela população como importantes e representativos de sua história e de sua cultura (figuras 4 e 5 e Quadro 1). Os oficinairos apontaram como parte de suas referências culturais celebrações como a do Bom Jesus de Iguape, de Nossa Senhora do Rocio, do Robalo, do Carnaval e de Corpus Christi e o modo de fazer dos tapetes de serragem, das violas caiçaras, das rabecas e das redes de pesca, formas de expressão como o fandango caiçara¹¹, além de uma infinidade de práticas cotidianas em que se destaca a pesca.

¹¹Registrado como patrimônio nacional em 2012.

Vale ressaltar que esse conjunto variado e rico de prática que aparecem nas falas da comunidade não possuem aspecto de folclore, mas sim como práticas arraigadas e disseminadas no cotidiano, características vivas do modo de ser iguapense.

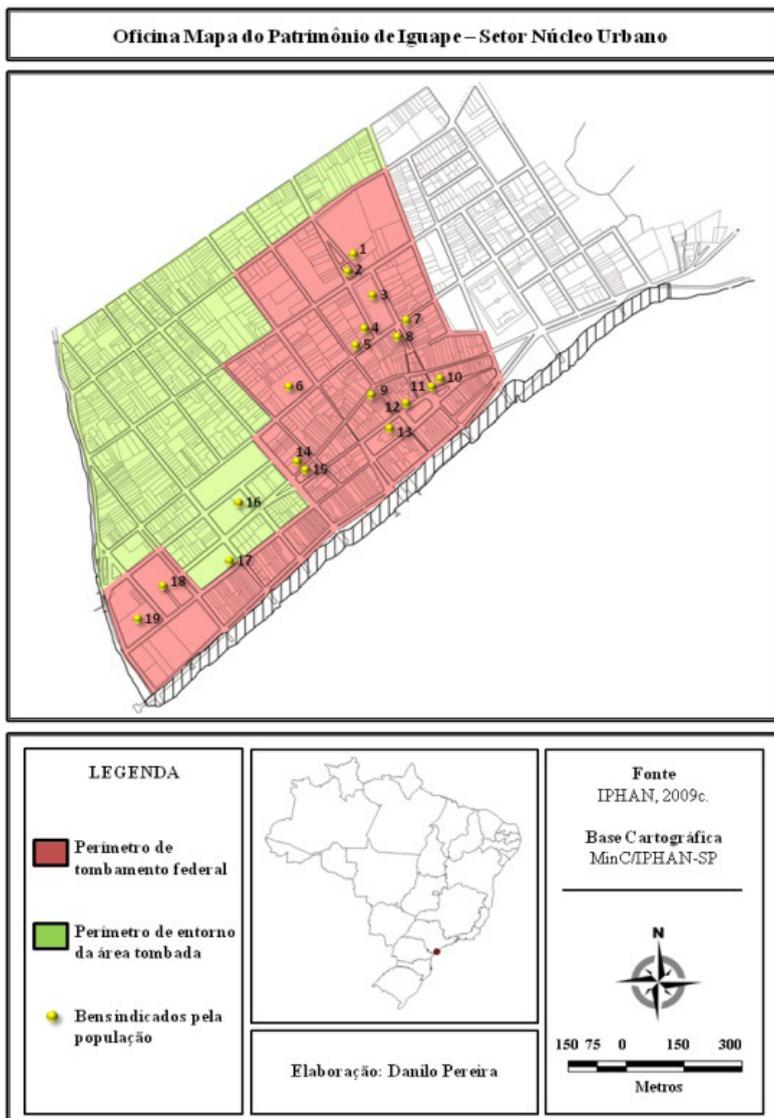


Figura 4 - Mapa da Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape (SP) – Setor Núcleo Urbano.

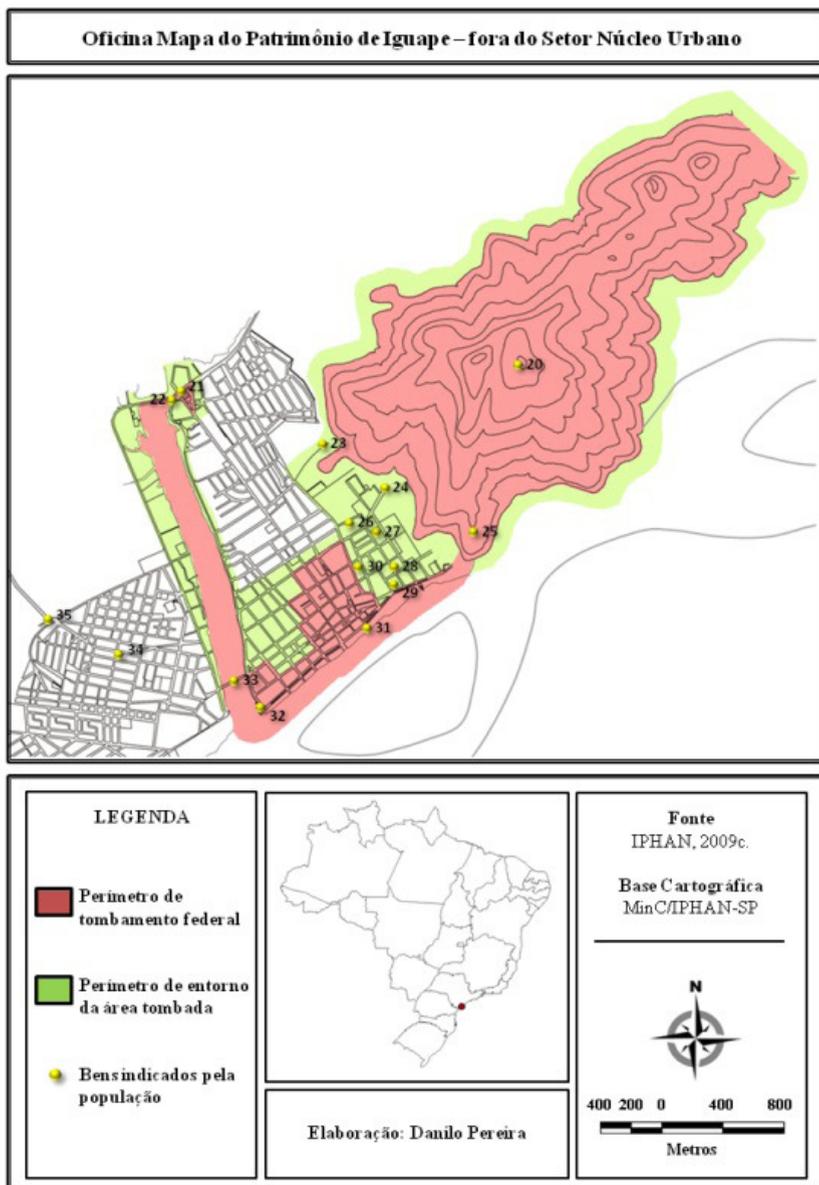


Figura 5 - Mapa da Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape (SP) – Fora do Setor Urbano.

Quadro 1: Bens inventariados pelos participantes da Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape

Nº	Bem	Nº	Bem
1	Casa dos Jesuítas	19	Fábrica Única
2	Igreja de São Benedito	20	Morro da Espia
3	Praça de São Benedito / Chafariz	21	Capela de São João
4	Correio Velho	22	Porto da Ribeira
5	Hotel São Paulo	23	Ruínas Porcina
6	Colégio Vaz Caminha	24	Fonte do Senhor
7	Sobrado dos Toledos	25	Cristo
8	Casa da Banda	26	Sedes de Chácaras
9	Casa dos azulejos portugueses	27	Capela Restaurada
10	Casa de Fundação	28	Chácara Yanaguisawa
11	Câmara Municipal	29	Pirá
12	Palacete Lima	30	Antiga propriedade Carneiro Muniz
13	Basílica do Bom Jesus	31	Porto Grande
14	Oficina Cultural	32	Porto da Balsa
15	Igreja do Rosário	33	Passarela
16	Fórum	34	Rocio
17	EMEF Benedito Rosa	35	Sambaqui
18	Cemitério		

Fonte: IPHAN, 2009b.

No âmbito do patrimônio material, a maioria dos bens encontram-se no denominado Setor Núcleo Urbano, área de proteção em nível estadual desde 1974, contudo, vale destacar que os oficinairos também apontaram um grande número de bens fora desse perímetro, como o Porto da Ribeira, a Capela de São João, a Fábrica Única e o Sobrado dos Pirá, testemunhos dos diversos ciclos econômicos que marcaram a história do município, assim como a de sua expansão urbana. Foram apontadas ainda referências culturais fora do perímetro urbano de Iguape, como a Vila do Icapara, a primeira sede do município.

A Oficina foi de extrema importância para definir o perímetro de tombamento, uma vez que bens que do ponto de vista de uma abordagem tradicional poderiam ser considerados “sem valor material” foram incluídos pelos seus fortes apelos identitários e por se constituírem em sustentáculo de memórias coletivas, como a Capela de São João, que, mesmo distante do Núcleo Urbano e se constituindo como uma reconstrução do século XX, foi incluída na poligonal de tombamento.

No sentido de continuar promovendo ações educação patrimonial e fomentando a participação social na gestão do patrimônio cultural da região, no mesmo período foi inaugurada de forma pioneira a primeira Casa do Patrimônio do estado de São Paulo em Iguape, estruturada antes mesmo da proteção federal. O Projeto Casas do Patrimônio tem como objetivo:

“[...] ampliar a capilaridade institucional do IPHAN e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do Patrimônio Cultural, as Casas do Patrimônio se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais” (FLORÊNCIO; CLEROT & RAMASSOTE, 2014, p. 36).

Desta forma, como apontam os autores, as Casas do Patrimônio possuem um desafio: ampliar os espaços de diálogo com a sociedade a partir da Educação Patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada e de construção de políticas públicas de patrimônio cultural, fomentando novas práticas de preservação, sobretudo por meio de ações educativas formais e não formais, em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas e demais segmentos sociais e econômicos.

Em Iguape, a implantação da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira foi

viabilizada devido, principalmente, a uma parceria entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal. A formalização da iniciativa foi feita por meio de um Termo de Cooperação Técnica, cujo objetivo principal consistia em conformar um espaço de interlocução com a comunidade local, visando propiciar o debate e a participação social na gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural. Segundo o documento, compete ao IPHAN a organização e gestão das atividades educativas, além de orientação técnica e apoio na execução de ações de iniciativa da Prefeitura, e à Prefeitura, a administração e gestão da Casa de Patrimônio, podendo também desenvolver atividades e eventos no espaço, de comum acordo com o IPHAN.

Esse processo participativo que envolveu ações de Educação Patrimonial durante a instrução do processo de tombamento de Iguape e a abertura da Casa do Patrimônio antes da proteção federal, logrou o reconhecimento por parte do Conselheiro Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio do IPHAN à época, que considerou que:

“[...] o ato do Tombamento em si compreende aplicação de procedimentos cuja metodologia pode e deve estar sendo permanentemente aperfeiçoado e que este caso em especial pode representar mais um passo no sentido dos necessários ajustes que indicam o caminho de seu aperfeiçoamento metodológico e a oportunidade de consolidação do conceito de paisagem cultural. Toma-se, portanto, necessário enviares imediatos esforços para fortalecer a pioneira experiência que ali se verifica, da criação da Casa do Patrimônio de Iguape, garantindo aos técnicos locais mais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração com a comunidade, bem como na condução de trabalhos de proteção do acervo, na medida em que favoreça parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e o IPHAN” (IPHAN, 2009c, p. 23).

Contudo, é importante ressaltar que com a saída do IPHAN daquelas técnicas que realizaram a instrução do processo de tombamento, houve uma descontinuidade nas ações participativas da Casa, que hoje não desenvolve mais atividades educativas, passando a dedicar-se apenas a orientações técnicas de fiscalização; na prática, se constitui hoje como um Escritório Técnico do IPHAN no Vale do Ribeira.

Associado a isso, foi possível aferir em trabalho de campo, através de entrevistas, que a parceria com a prefeitura também apresentou problemas. Para Gafazi (2013), a administração municipal que assumiu em 2012 se mostrou menos comprometida com as questões que envolvem a cultura local, e conseqüentemente ações de educação patrimonial (informação verbal)¹².

Nesse mesmo sentido, para Lourenço (2013), a Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira não manteve a continuidade das ações implementadas pelas técnicas envolvidas nos inventários realizados na região entre 2007 e 2009, não desempenhando mais a função de espaço de referência para a pesquisa e para ações compartilhadas de educação, gestão e promoção do patrimônio da região, se constituindo hoje apenas como espaço técnico e burocrático (informação verbal)¹³.

Tal fato mostra-se muito preocupante, pois, ainda segundo o que foi aferido em campo, o patrimônio cultural e natural de Iguape é associado, por muitos, a um processo de estagnação econômica, ou seja, para estes tais bens representam um testemunho no espaço de um momento que muitos desejam superar, o que tem gerado conflitos na atualidade em relação à salvaguarda desse patrimônio.

¹² *Informações concedidas por Valéria Gafazi, arquiteta da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, em entrevista ao autor (Iguape, outubro de 2013).*

¹³ *Informações concedidas por Anísia Lourenço, presidente da Associação de Artesãos de Iguape, em entrevista ao autor (Iguape, outubro de 2013).*

Entende-se, assim, que as ações de Educação Patrimonial seriam de extrema relevância para superar tais conflitos, ou melhor, seria a única possibilidade para a superação dessa associação do patrimônio com a decadência econômica do Vale do Ribeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patrimonialização dos bens do Vale do Ribeira, que tiveram suas salvaguardas garantidas a partir da realização de Inventários de Conhecimento, mostra que se inventariou um número muito maior de bens – sejam cidades, bens isolados, paisagens ou manifestações culturais do patrimônio imaterial –, do que efetivamente foi reconhecido oficialmente, e isto se deve, em grande parte, às limitações institucionais em recursos financeiros e humanos necessários para garantir a gestão desses bens, o que ficou claro com o Plano de Ação “Paisagem Cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural do Vale do Ribeira”, que propôs a chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira e o registro do Tooro Nagashi, ambos sem sucesso.

Vale destacar também, que se deixou de inventariar importantes patrimônios, como os da cidade de Cananeia – que ainda hoje abriga em seu espaço um importante conjunto urbano produzido e reproduzido a partir dos mesmos processos socioeconômicos e culturais protegidos em Iguape, Paranaguá e Antonina –, também por falta de recursos financeiros, humano e de tempo. Seu tombamento garantiria a preservação de um conjunto contínuo de cidades entre o sul do estado de São Paulo e o norte do Paraná, o que proporcionaria coesão ao importante processo do início da ocupação do sul do território brasileiro a partir da gênese do ciclo do ouro, anterior ao das “minas gerais”.

Desta forma, a preservação das cidades-patrimônio ainda coloca desafios, é preciso manter um debate que vá além do equacionamento das questões estéticas

e históricas e que abarque as questões culturais em sua total amplitude, partindo de novas premissas. É necessário continuar destacando a relação com o território, que tantas vezes explica a existência e a evolução das cidades, relação esta que se constitui como uma dessas novas premissas, assim como a valorização das evidências dos ciclos econômicos, dos eventos históricos, as formações geomorfológicas e o patrimônio natural. O processo de patrimonialização precisa ser entendido para além de pesquisas de gabinete, mas como um momento em que as populações locais são ouvidas para o reconhecimento dos seus sustentáculos de identidade, uma vez que, é na escala local que de fato se dá a gestão e a preservação do patrimônio cultural.

Por fim, é preciso que a cultura seja entendida como uma dimensão maior desses lugares patrimonializados e das sociedades que as produzem, aumentando, assim, o caráter estratégico da preservação das cidades-patrimônio como fator de desenvolvimento social e econômico no século XXI, e, sobretudo, é necessário que políticas como as de “aumento do estoque patrimonial” e de “melhoria da representatividade do patrimônio cultural”, apreendidas nos primeiros anos do século XXI, tenham continuidade para que se possam alcançar a democratização do patrimônio cultural e para garanti-lo como um direito social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.
- _____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.
- FLORÊNCIO, S. R; CLEROT, P; BEZERRA, J. RAMASSOTE, R. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. 65 p.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de**

- preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009. 298 p.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauros, 2001. 144 p.
- IPHAN. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira.** São Paulo: IPHAN/MinC, 2009a. 188p.
- _____. **Dossiê de Tombamento de Iguape.** São Paulo: IPHAN/MinC, 2009b. 255p.
- _____. **Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.** São João del-Rey, 2009c.
- MARINS, P. C. G. Trajetória de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, M. A. **Terra Paulista: histórias, arte e corumes.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, v. 4, p. 137-168.
- MOTTA, L. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990.** 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- PEREIRA, D. C. **Cidades-patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil.** 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PORTA, P. **Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000/2010).** Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012. 347p.
- SANT’ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990).** 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- SCIFONI, S. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, A. **B. Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: IPHAN, 2012. p. 30.37.